

A Crise Ucraniana e a Transformação das Dinâmicas de Segurança na Europa Oriental

Vanda Amaro Dias¹

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Resumo

A crise ucraniana pode ser entendida como o resultado de uma prolongada e crescente competição entre a União Europeia e a Rússia por poder e influência sobre a sua vizinhança partilhada na Europa Oriental. Contudo, mais do que o culminar de um processo, esta crise parece ter iniciado uma nova etapa nesta competição, tendo ela própria um contributo significativo para a transformação do espaço pós-soviético e das dinâmicas de segurança no contexto europeu alargado. É justamente este contributo que este artigo se propõe a analisar e problematizar. Para o efeito, procede-se ao mapeamento do contexto regional que conduziu à crise ucraniana e que dá o mote para a análise crítica do seu contributo para a transformação das dinâmicas de segurança na Europa Oriental, em particular nos casos da Ucrânia, Moldova e Bielorrússia. O artigo termina com uma reflexão sobre a Guerra na Ucrânia e o futuro da segurança europeia.

Palavras-chave: Bielorrússia; Crise Ucraniana; Moldova; Segurança; Ucrânia.

Artigo recebido: 23.06.2022

Aprovado: 28.06.2022

<https://doi.org/10.47906/ND2022.162.03>

Abstract

The Ukrainian Crisis and the Transformation of Security Dynamics in Eastern Europe

The Ukrainian crisis can be interpreted as the outcome of a protracted and increasing competition between the European Union and Russia for power and influence over their shared neighborhood in Eastern Europe. However, instead of marking the culmination of a process, this crisis seems to have started a new stage in this competition. Furthermore, it had a significant contribution to the transformation of the post-Soviet space and security dynamics in the wider European region. This article envisages to analyse and problematize this contribution. To do so, it starts by mapping the contextual setting leading to the Ukrainian crisis, thus setting the stage for a critical analysis of its contribution to the transformation of security dynamics in Eastern Europe, particularly in the cases of Ukraine, Moldova, and Belarus. The article concludes with some thoughts on the current war in Ukraine and the future of European Security.

Keywords: Belarus; Moldova; Security; Ukraine; Ukrainian Crisis.

1 Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Estímulo ao Emprego Científico – Apoio Institucional – 00152_2018.

Introdução

A crise ucraniana, iniciada em novembro de 2013, marcou de forma incontornável a evolução das dinâmicas de segurança no espaço europeu alargado. A não assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia (UE), que devia ter ocorrido na Cimeira da Parceria Oriental, em Vilnius, gerou um enorme descontentamento junto da sociedade civil ucraniana. A opção do então Presidente Viktor Yanukovitch não só invalidava o esforço de integração europeia e de afastamento da órbita de influência russa, em que o país tinha apostado nos últimos anos, como o facto de coincidir com a celebração de acordos pouco transparentes com Moscovo sugeria um agravamento da sua dependência (Freedman, 2014). Perante este cenário, a população ucraniana saiu às ruas para exigir o combate à corrupção, ao abuso de poder, ao nepotismo, às desigualdades socioeconómicas e à violação de direitos humanos, vistos como as causas profundas da estagnação do país.

O movimento Euromaidan, como ficaria conhecido, via na aproximação à UE uma garantia de compromisso com as reformas exigidas, por oposição à manutenção de relações próximas com Moscovo, que servia os interesses de oligarcas corruptos que travavam o processo de democratização do país em benefício próprio. As manifestações, inicialmente pacíficas, dão lugar a confrontações entre a população e as forças de segurança leais a Viktor Yanukovitch. Estes confrontos arrastam-se até fevereiro de 2014, quando o Presidente ucraniano chegou a acordo com os líderes da oposição sobre a resolução da grave crise política em que o país tinha submergido. Não obstante, a 28 de fevereiro, Yanukovitch exila-se em Rostov, na Rússia, levando o Parlamento ucraniano a votar a destituição dos seus poderes e a eleger um governo interino para gerir o país até à realização de eleições. Estes acontecimentos foram percecionados por Moscovo como parte de uma estratégia ocidental para promover a aproximação da Ucrânia às instituições euro-atlânticas. Para reverter estas dinâmicas e garantir a manutenção da Ucrânia na sua esfera de influência, o Kremlin tornou-se um interveniente ativo nesta crise, através do apoio político e militar aos movimentos separatistas no leste ucraniano e da anexação da Crimeia, a 18 de março de 2014 (Dias, 2015).

A forma como a crise ucraniana se desenrolou evidencia que a mesma se reveste de uma dimensão internacional marcada por uma crescente disputa por poder e influência entre a UE e a Rússia sobre uma vizinhança partilhada. Conscientes da sua importância para os projetos regionais dos seus vizinhos mais significativos, os países da Europa Oriental têm procurado valer-se do seu posicionamento geoestratégico para maximizar os benefícios do seu relacionamento com Bruxelas e Moscovo. Como resultado, desenvolveram dinâmicas e estratégias de política externa distintas que influenciaram, quer a forma como foram afetados pela crise ucraniana, quer as respetivas reações à mesma. Por esse motivo, mais do que o culminar

de um processo, esta crise parece ter iniciado uma nova etapa na competição entre a UE e a Rússia numa área de influência contestada. Este artigo propõe-se a analisar e problematizar o contributo da crise ucraniana para a transformação do espaço pós-soviético e das dinâmicas de segurança no contexto europeu alargado, no contexto desta competição. Para o efeito, procede ao mapeamento do contexto regional que conduziu à crise ucraniana e que dá o mote para a análise crítica do seu contributo para a transformação das dinâmicas de segurança na Europa Oriental, em particular nos casos da Ucrânia, Moldova e Bielorrússia. O artigo termina com uma reflexão sobre a Guerra na Ucrânia e o futuro da segurança europeia.

A Dimensão Geopolítica da Crise Ucraniana

A leitura da crise ucraniana como resultado de uma prolongada e crescente competição entre a UE e a Rússia por poder e influência, sobre a vizinhança partilhada na Europa Oriental, constitui uma linha de investigação consolidada (Cadier, 2018; Casier, 2016; Dias, 2018; Haukkala, 2015). Não pretendendo negligenciar a dimensão interna desta crise, esta linha destaca que a mesma não poder ser plenamente compreendida fora do contexto geopolítico e de segurança em que Kiev se insere.

Na análise da dimensão geopolítica que envolve esta crise, destaca-se o papel da Rússia que, desde o início da mesma, fez uso de várias estratégias para assegurar a manutenção da sua influência e proteção dos interesses russos no espaço pós-soviético, bem como para enfraquecer e deslegitimar o novo poder político em Kiev, no contexto pós-Maidan. Segundo Elias Götz (2016), a postura de Moscovo pode ser entendida a partir de três grandes perspetivas: i) a Rússia revisionista – uma potência agressiva e neoimperialista que visa o colapso da ordem pós-Guerra Fria e a reconstrução do império soviético; ii) a Rússia-vítima – uma potência acomodada ao *statu quo* internacional, que se vê compelida a defender a sua honra e interesses geopolíticos das tentativas de cerco perpetradas pelos Estados Unidos da América (EUA), pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pela UE; e, iii) a Rússia desordeira – um país desestabilizador que cria ou exacerba conflitos no plano externo, para desviar a atenção da opinião pública russa sobre a situação interna do país.

Ainda que aparentemente estas perspetivas se excluam mutuamente, a complexidade da realidade política e social, mostra-nos que, no caso da crise ucraniana, estas perspetivas não só coexistem como se constituem mutuamente naqueles que são os discursos e ações da Federação Russa. Por um lado, a forma como a grandeza e segurança russas têm vindo a ser articuladas desde o final da Guerra Fria faz com que as perspetivas revisionista e desordeira andem, frequentemente, de mãos

dadas. Apesar de a ingerência russa na crise ucraniana poder ter uma dimensão reativa, despoletada pela percepção do movimento Euromaidan como uma fabricação ocidental para ferir os interesses russos na região – tal como defendido pela perspectiva da Rússia-vítima –, reduzir a análise a esta dimensão implica ignorar uma série de dinâmicas que têm marcado o relacionamento de Moscovo com a sua vizinhança nas últimas três décadas.

Com efeito, a análise dos Conceitos de Política Externa da Federação Russa, desde 1993, demonstra que o espaço pós-soviético surge como uma área de interesses privilegiados para Moscovo, na medida em que a sua sobrevivência e a preservação do estatuto de grande potência estão dependentes da capacidade de exercer influência sobre esta região. Na prática, a Rússia tem explorado as várias dependências – económicas, políticas e militares – que os países na sua vizinhança herdaram do domínio soviético para garantir a manutenção de regimes políticos leais e instrumentais para a concretização dos objetivos estratégicos de Moscovo (Dias, 2014 e 2016). Quando vislumbrado deste prisma, o papel da Rússia na crise ucraniana surge como um prolongamento lógico da sua política externa e da ambição de se projetar internacionalmente como uma grande potência. Alguns autores defendem mesmo que o controlo do espaço pós-soviético é visto como o primeiro passo para desafiar a atual ordem internacional liberal e afirmar a Rússia como líder do mundo não-ocidental e promotora de uma ordem alternativa, construída com base em esferas de influência. Neste sentido, o que está em causa com a crise ucraniana – à semelhança do que sucedeu com outras estratégias desestabilizadoras no espaço pós-soviético, como a intervenção nos conflitos gelados, a Guerra com a Geórgia ou, mais recentemente, a Guerra na Ucrânia – não é a conquista de territórios *per se*, mas a reorganização da arquitetura de segurança europeia e do equilíbrio de poder internacional (Speck, 2015). Desta forma, não tendo conseguido assegurar a manutenção de um regime leal em Kiev, Moscovo envolveu-se nos processos de desestabilização do leste ucraniano, ao mesmo tempo que garantia o acesso ao Mar Negro através da anexação da Crimeia. Isto permitia satisfazer os interesses estratégicos relacionados com o acesso aos mares quentes, mas também garantia uma situação de conflito prolongado e de disputa de fronteiras que, na prática, impedia a integração da Ucrânia nas estruturas ocidentais.

Por outro lado, apesar de esta leitura parecer invalidar a perspectiva da Rússia-vítima, a análise das narrativas políticas russas revela que a mesma tem sido utilizada para justificar as opções de política externa de Moscovo. Esta argumentação visava atenuar as reações internacionais a uma atuação cada vez mais agressiva e violadora dos princípios e normas de Direito Internacional, bem como garantir o apoio da opinião pública russa, desviando a atenção da frágil situação socioeconómica do país e evitando que impulsos democráticos exógenos colocassem em risco a sobrevivência do regime (D'Anieri, 2016).

Por seu turno, a UE vinha a aproximar-se, gradualmente, dos países do espaço pós-soviético desde o final da Guerra Fria. No que diz respeito à Ucrânia, o estreitar de relações foi traduzido na celebração do Acordo de Parceria e Cooperação, em vigor desde 1997, e no estabelecimento de uma Estratégia Comum para a Ucrânia, em 1999, que em conjunto constituíam o enquadramento legal deste relacionamento e reconheciam o carácter distintivo de Kiev no quadro geoestratégico europeu. Se até este momento, a aproximação da UE, não apenas à Ucrânia, mas também aos demais países da Europa Oriental, não era percebida em Moscovo como uma ameaça aos seus interesses, a situação começa a mudar paulatinamente a partir da criação da Política Europeia de Vizinhança (PEV), em 2003. A PEV visava dar resposta ao novo contexto geopolítico da UE pós-alargamento a leste, abrangendo os países da Europa Oriental que agora constituíam a vizinhança partilhada com a Rússia. Isto teve um impacto significativo nas dinâmicas de poder e segurança no espaço europeu alargado e no relacionamento entre Bruxelas e Moscovo, desde logo, porque ambos partilham o entendimento de que a sua segurança está estreitamente dependente da sua capacidade de exercer influência sobre a sua vizinhança, por forma a garantir a manutenção de condições favoráveis à satisfação dos seus interesses. Como resultado desta percepção, os seus projetos e ambições regionais tornaram-se mutuamente exclusivos e impossíveis de conciliar, algo que se agravou com a criação da Parceria Oriental, em 2009 (Averre, 2009).

A disputa pela capacidade de exercer influência sobre uma vizinhança partilhada na Europa Oriental, traduziu-se na deterioração das relações entre Moscovo e Bruxelas. Contudo, a ingerência russa na crise ucraniana e a anexação da Crimeia marcam o momento paradigmático em que este relacionamento deixa de obedecer a uma lógica de competição por influência numa mesma área de interesses estratégicos, para se definir numa lógica de inimizade entre dois atores com objetivos irreconciliáveis (Dias, 2018). Não obstante, a resposta europeia à crise ucraniana ficou muito aquém das expectativas e do nível de ambição estabelecido pela própria UE no que toca à manutenção da paz e segurança regional. Apesar de ter condenado publicamente a posição de Moscovo e imposto uma série de sanções económicas, no fundamental a UE optou por aceitar a situação como um dado adquirido. Isto deve-se, em parte, à falta de coesão entre os Estados-membros da UE, profundamente divididos entre os defensores de uma posição mais dura, incluindo a Polónia e a Lituânia, e países como a França, Alemanha e Itália que se mostravam mais reticentes em agravar as relações com Moscovo, por recearem as consequências políticas e económicas que daí pudessem advir. Esta divisão fez com que, na prática, a condenação e as sanções aplicadas à Rússia fossem insuficientes para reverter a anexação da Crimeia ou atenuar a ingerência russa nos confrontos em solo ucraniano (Blockmans, 2014). Apesar desta resposta limitada, a UE vai procurar contribuir para aumentar a resiliência da Ucrânia e de todos os países do

espaço pós-soviético em que esta situação se pudesse repetir, num esforço de prevenção de novos desafios à estabilidade e soberania na sua vizinhança.

A nova fase nas relações UE-Rússia, inaugurada pela crise ucraniana, vai ser marcada por uma crescente confrontação estratégica e reforço da percepção que os seus projetos regionais são mutuamente exclusivos, com amplo impacto nas dinâmicas de segurança no espaço europeu alargado. É com base neste entendimento que as secções seguintes analisam as consequências da crise ucraniana na Ucrânia, Moldova e Bielorrússia.

Ucrânia

Desde o final da Guerra Fria, Kiev tem procurado uma posição de equilíbrio entre Moscovo e Bruxelas, que, no contexto da competição regional analisada, lhe permitiu gerir expectativas e maximizar ganhos, mas impediu que as suas elites políticas se comprometessem sustentadamente com a modernização do país. Nas vésperas da crise ucraniana, a corrupção e a desigualdade socioeconómica tinham escalado para níveis preocupantes, bem como a dependência face a Moscovo, que se agravava com o aumento de ligações pouco transparentes dos oligarcas ucranianos à Rússia, deixando o país vulnerável a pressões externas (Charap e Darden, 2014).

A recusa da assinatura do Acordo de Associação com a UE, em prol de uma maior aproximação à Rússia, aliada à débil situação socioeconómica do país, criou as condições para a mobilização da sociedade civil ucraniana. Nascia assim o movimento Euromaidan, que se assumia como uma tentativa de construir uma identidade nacional e definir o rumo político, económico e regional da Ucrânia (Carroll, 2014). Desde o início, os manifestantes associaram a aproximação à UE e a consolidação da escolha europeia da Ucrânia como a melhor hipótese de garantir a democracia, o primado do direito, o respeito pelos direitos humanos e a boa governação no país.

A administração do então Presidente ucraniano, Viktor Yanukovitch, respondeu de forma violenta aos protestos despoletando um conflito entre manifestantes e forças policiais que se arrastou por três meses. Apesar do acordo alcançado a 21 de fevereiro de 2014 entre Yanukovitch e os líderes da oposição para pôr fim à crise política, o Presidente ucraniano acabou por se exilar na Rússia poucos dias depois. No seguimento desta fuga, o Parlamento ucraniano votou a destituição dos poderes do Presidente e elegeu um governo interino para gerir o país até à realização de eleições legislativas. Estes eventos criaram o contexto para que a Rússia projetasse a situação na Ucrânia como resultado de um esquema para instaurar um regime pró-ocidental em Kiev, justificando o apoio político e militar de Moscovo a movimentos separatistas no leste da Ucrânia, a que se seguiria a anexação da Crimeia, em 18 de março de 2014. Para responder aos confrontos violentos desencadeados pelas

forças separatistas apoiadas por Moscovo e travar a tomada de edifícios públicos em Donetsk, Luhansk e Kharkiv, foi criada, em abril de 2014, uma Operação Antiterrorista, ainda sob a tutela do Governo Provisório.

Gradualmente, o conflito na região do Donbas escalou em intensidade e letalidade,² levando a Ucrânia a perder o controlo de alguns territórios, onde se proclamaram as Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk. Mesmo não assumindo a sua participação neste conflito, a Rússia tornou-se um elemento incontornável nas tentativas de resolução do mesmo, incluindo no apoio à formação de uma missão de monitorização da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a 17 de abril de 2014, e na garantia de manutenção da estabilidade necessária aos seus trabalhos. Segue-se um cessar-fogo, que incluía a suspensão da Operação Antiterrorista, permitindo aos observadores da OSCE entrar na região. No entanto, o seu contributo para a resolução do conflito foi muito limitado, uma vez que as tensões escalaram poucos dias depois com o anúncio de um pacote de assistência à Ucrânia por parte dos EUA e o retomar de atividades da Operação Antiterrorista, após o assassinato de um político local ucraniano por um grupo pró-russo. Entendendo o posicionamento de Kiev como antagónico aos interesses russos e a própria Operação Antiterrorista como uma punição contra Moscovo, o Kremlin elevou o nível de prontidão das suas forças armadas junto da fronteira com a Ucrânia, aumentando a preocupação da comunidade internacional sobre uma eventual invasão. Este cenário não se concretizou e, em maio de 2014, Moscovo acabou por refrear o seu posicionamento, com a diminuição de tropas na fronteira e a disponibilização para trabalhar com o novo governo em Kiev, desde que este respeitasse a autonomia das autoproclamadas repúblicas populares no leste do país, algo essencial para garantir que viessem a deter poder de veto em matérias relacionadas com política externa, tal como seria do interesse russo (Mudrov, 2020).

As eleições pós-Euromaidan, consideradas como livres e democráticas pela OSCE, confirmavam a escolha pró-europeia da Ucrânia e o compromisso das suas elites políticas com um afastamento de Moscovo e do legado soviético. As eleições presidenciais de 25 de maio resultaram na eleição de Petro Poroshenko – um dos rostos da oposição a Viktor Yanukovitch durante o Euromaidan – à primeira volta, com mais de 55% dos votos (BBC News, 2014). As eleições legislativas traduziram-se numa clara vitória dos partidos pró-europeus. Estas eleições destacaram-se pela perda de representação parlamentar do Partido Comunista, pela primeira vez desde 1991, e por o Bloco de Oposição – criado em 2014 para agregar os partidos políticos ucranianos que não apoiaram o movimento Euromaidan, incluindo o

2 Estima-se que o conflito entre as forças ucranianas e as forças separatistas apoiadas por Moscovo tenha causado mais de 14.000 vítimas mortais, e cerca de 37-39.000 feridos, entre 2014 e 2021 (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2022).

Bloco das Regiões de Viktor Yanukovitch – ser o único partido pró-russo representado no Parlamento ucraniano, com apenas 8% dos votos (Pifer, 2014).

O novo Governo iniciou uma série de reformas estruturais que visavam aumentar a qualidade da democracia e combater a corrupção. Nessa linha, assinou, em junho de 2014, o Acordo de Associação com a UE, com o triplo propósito de cumprir as reivindicações do Euromaidan, de promover o desenvolvimento do país, bem como de consolidar a opção europeia da Ucrânia e, assim, proteger o país da ingerência russa (Cadier, 2018). Perante este cenário, Moscovo manteve o seu apoio às forças separatistas e a presença de contingentes militares nas zonas fronteiriças, com o objetivo de condicionar as decisões políticas em Kiev. Esta estratégia teve alguns resultados na política doméstica ucraniana, incluindo a aposta na descentralização do país. No entanto, o impacto nas prioridades de política externa da Ucrânia mostrou-se mais limitado, permanecendo claro o compromisso de aproximação às instituições euro-atlânticas, em conformidade com o espírito do Euromaidan (Dias, 2015).

No que toca à gestão do conflito no leste do país, Petro Poroshenko, começou a armar uma nova Guarda Nacional, que contribuiu para o sucesso da Operação Antiterrorista. Apesar de esta medida ter levado Moscovo a reforçar as capacidades militares das forças separatistas em Donetsk e Luhansk, as forças ucranianas conseguiram recuperar o controlo das áreas ocupadas, cercando os separatistas em zonas cada vez mais pequenas. Como resultado, Moscovo aumentou novamente a sua participação no conflito, através do envolvimento direto – mas não assumido – das suas forças armadas e do apoio a atores não-estatais, incluindo redes de crime organizado e mercenários. Perante o risco cada vez mais real de uma invasão russa, no início de setembro de 2014, Vladimir Putin apresentou uma proposta de cessar-fogo ao seu homólogo ucraniano que conduziu à assinatura dos Acordos de Minsk I (Bowen, 2019).

Contudo, em janeiro de 2015, as forças separatistas de Donetsk e Luhansk envolveram-se em novas ofensivas com o intuito de reconquistar os territórios perdidos para as forças ucranianas, determinando o fracasso dos Acordos de Minsk I. A fim de cessar as hostilidades são assinados, em fevereiro, os Acordos de Minsk II. As 13 medidas aqui previstas não apresentam novidades estruturais face ao modelo dos primeiros acordos, razão que terá contribuído para que nunca tenham sido plenamente implementadas e para o cessar-fogo ter sido sucessivamente violado por todas as partes envolvidas no conflito. Outros motivos para o malogro destes acordos prendem-se com as diferentes perceções sobre o conflito, o carácter vago das suas medidas, a linguagem ambígua, questões práticas relacionadas com a implementação das medidas estipuladas e a falta de reconhecimento da Rússia sobre o seu envolvimento ativo no conflito (Åtland, 2020).

Perante o prolongamento do conflito e a falta de uma perspectiva de resolução realista, em abril de 2018, o Governo ucraniano substituiu a Operação Antiterrorista,

inicialmente planejada como uma resposta de curto-prazo, por uma Operação de Forças Conjuntas, composta por todas as unidades do exército ucraniano, as forças policiais, os serviços de segurança, a Guarda Nacional e as guardas fronteiriças. Esta operação apresentava-se como esforço nacional concertado e de longo-prazo para reintegrar o Donbas e a Crimeia e terminar com a ocupação russa. Simultaneamente, a Ucrânia reforçava as suas capacidades defensivas, com a compra de 210 mísseis Javelin aos EUA, considerados atualmente como a arma antitanque mais poderosa e sofisticada, sendo dotada de considerável versatilidade tática e capacidade letal (Detsch, 2022). Ainda que esta transação não possa ser definida como assistência militar prestada à Ucrânia, ela foi usada pelos meios de comunicação russos para disseminar a ideia de que Kiev se estaria a preparar para atacar a Rússia, construindo, paulatinamente, uma base de apoio e aceitação perante uma possível invasão russa. Esta escalada, aliada ao fracasso dos Acordos de Minsk, enfraqueceram o diálogo político e afastaram os envolvidos neste conflito da mesa de negociações (Sasse, 2018).

A evolução do conflito no Donbas e a consolidação da percepção da Rússia como uma ameaça à sobrevivência da Ucrânia, teve consequências significativas no mosaico político do país. Com efeito, as eleições presidenciais e legislativas de 2019 parecem confirmar a opção pelo afastamento da órbita de influência de Moscovo, que tinha sido afirmada pelo movimento Euromaidan. Em ambos os casos, Volodymyr Zelensky consagrou-se o grande vencedor, tornando-se Presidente da Ucrânia, com mais de 73% dos votos à segunda volta – contra o incumbente Petro Poroshenko –, e garantindo ao seu partido, Servo do Povo, 240 dos 450 assentos no Parlamento ucraniano. Apesar de esta vitória demonstrar o descontentamento da população com a administração de Poroshenko, ela não implicou um regresso à tradicional alternância entre governos pró-russos e pró-europeus, uma vez que o antigo Bloco de Oposição, renomeado Plataforma Vida e Paz, teve menos de 13% dos votos nas eleições legislativas (Gabidullina e Mankoff, 2019).

Zelensky foi eleito com base em duas grandes promessas: combater a corrupção no país e terminar com o conflito no Donbas. Esta última, levou-o a procurar dialogar com o seu homólogo russo, a fim de encontrar uma solução aceitável para todas as partes envolvidas. Numa primeira fase, isto implicou concessões por parte da Ucrânia envolvendo a troca de prisioneiros e a aceitação da chamada Fórmula Steinmeier, uma versão simplificada dos Acordos de Minsk II, proposta no outono de 2015, pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão e Presidente em Exercício da OSCE, Frank-Walter Steinmeier. Inicialmente, esta proposta não tinha sido aceite por ser desvantajosa para Kiev. Contudo, Vladimir Putin fez depender o retomar do diálogo no Formato Normandia – composto por representantes da Alemanha, França, Ucrânia e Rússia, e que estava paralisado desde 2016 – da aceitação da referida “Fórmula”. A assinatura do documento, em outubro de 2019, foi

procedida da cimeira do Formato Normandia, em dezembro, onde as partes assinaram uma declaração de compromisso para com os termos dos Acordos de Minsk II e da Fórmula Steinmeier (Åtland, 2020). Apesar dessas concessões e da aceitação de uma situação menos que ideal para Kiev, incluindo um modelo descentralizador que garantia poder de veto às regiões separatistas pró-russas em todas as matérias relacionadas com a política externa do país – assegurando a manutenção da Ucrânia na esfera de influência russa –, não só não foi possível encontrar uma solução sustentável para o conflito, como o mesmo foi levado para um novo patamar com a invasão russa perpetrada a 24 de fevereiro de 2022.

Moldova

Durante os anos 1990, a política externa da Moldova caracterizou-se por uma estratégia de diversificação cautelosa, marcada pela tentativa de preservação de relações amigáveis com Moscovo, ao mesmo tempo que procurava reduzir a sua dependência política, económica e militar (King, 2003). Apesar de o conflito da Transnístria e a presença de forças militares russas no seu território constituir um obstáculo a esta estratégia, paulatinamente, Chisinau foi conseguindo aproximar-se da UE. A sua inclusão na PEV e o papel mais ativo de Bruxelas na gestão do conflito da Transnístria marcam a viragem pró-europeia da Moldova (Dias, 2013). Com efeito, ainda que a integração europeia fosse apresentada como um objetivo estratégico desde finais dos anos 1990, só em 2003 é que a mesma é oficialmente assumida na Estratégia Europeia da República da Moldova. Este documento, aprovado pelo então Presidente Vladimir Voronin – eleito com o apoio de uma plataforma pró-russa –, demonstrava que a aproximação à UE surgia como a melhor hipótese de reduzir a dependência face a Moscovo e de preservar a soberania e integridade territorial do país (International Crisis Group, 2007). Desde então, Chisinau tem consistentemente apostado no processo de aproximação à UE, sendo frequentemente considerado como um dos casos de sucesso da PEV.

Percebendo a sua perda de influência sobre a Moldova, a Rússia procurou reverter esta situação através da exploração das várias dependências que o país apresenta, incluindo o conflito na Transnístria. Ainda antes da crise ucraniana, em 2012, a Rússia apresentou uma proposta de resolução do conflito baseada na federalização da Moldova e na atribuição de poderes de veto à região da Transnístria em todos os assuntos relacionados com política externa e com a manutenção das forças armadas russas no terreno – uma fórmula muito semelhante à descentralização sugerida como base para negociar a resolução do conflito no Donbas antes da invasão russa. O facto de esta proposta ter coincidido com a morte de um civil moldavo por um soldado russo e com a nomeação de Dmitri Rogozin, um apoiante da independên-

cia da Transnístria, como o Representante Especial da Rússia para a região, lançou enorme desconfiança em Chisinau sobre as verdadeiras intenções de Moscovo. Como resultado, a Moldova recusou prosseguir com as negociações, o que se traduziu num agravar das relações com a Rússia (Dias, 2016).

A crise ucraniana colocou a Transnístria novamente na agenda, com a Rússia a instrumentalizar o processo de resolução do conflito para desacreditar a Ucrânia como mediador e parceiro viável. Temendo os efeitos desta crise na estabilidade e integridade territorial do país, o governo em Chisinau demonstrou o seu claro apoio à escolha europeia da Ucrânia e condenou as estratégias desestabilizadoras de Moscovo na região. Percecionando os eventos na Ucrânia como uma punição pelo seu afastamento da esfera de influência russa, a Moldova admitiu reverter o seu estatuto de neutralidade e reforçar a sua aproximação à OTAN, vista, juntamente com a UE, como a melhor hipótese de sobrevivência e manutenção de integridade territorial perante uma Rússia cada vez mais agressiva (Timofti, 2014).

É neste contexto de consolidação da escolha europeia e crescente afastamento de Moscovo que a Moldova assina o Acordo de Associação com a UE, em junho de 2014. Isto despoleta o aumento do radicalismo pró-russo no país, sobretudo por parte de autoridades locais que viam no processo de integração europeia uma ameaça à manutenção do seu poder, mas também de minorias pró-russas e de meios de comunicação apoiados por Moscovo. Estes últimos passaram a estabelecer paralelismos entre a crise ucraniana e o conflito na Transnístria, mas também com a Gagaúzia, uma região autónoma russófona no sul da Moldova, que tinha manifestado a sua preferência em manter laços de proximidade com Moscovo, ao invés de apoiar a opção europeia do governo em Chisinau, num referendo realizado em fevereiro de 2014 (Tudoroiu, 2016). Na Transnístria, o descontentamento perante a assinatura deste acordo manifestou-se através da realização de exercícios militares conjuntos com a Rússia, gerando preocupações sobre a possibilidade de anexação da região, à semelhança do que tinha acontecido na Crimeia (Nilsson e Silander, 2016).

Apesar de a integração europeia ser clara na orientação de política externa da Moldova, estes eventos não podem ser dissociados da evolução das dinâmicas de política doméstica. À semelhança do que acontece noutros países do espaço pós-soviético, a identidade da Moldova continua a oscilar entre o europeísmo e o rússianismo. Esta questão é essencial para entender a divisão do executivo moldavo, entre 2016 e 2019, que passa a ser composto por um governo assumidamente pró-europeu e um Presidente pró-russo. Igor Dodon, um crítico do processo de aproximação à UE, tornou-se Presidente no decurso de eleições antecipadas, realizadas após escândalos de corrupção e fraude massiva terem desacreditado as elites políticas pró-europeias, tal com demonstrado pelos protestos populares que ocorreram entre 2015 e 2016. A grande bandeira de política externa do novo Presidente era

revitalizar as relações com Moscovo, através do aprofundamento da cooperação com a União Económica Eurasiática (UEE), uma organização internacional liderada pela Rússia e criada em 2015 para estimular a cooperação económica no espaço pós-soviético, ainda que isso pudesse implicar alterações ao relacionamento com a UE (Dembinska, Mérand e Shtaltovna, 2020). Esta posição é acompanhada por um declínio no apoio da opinião pública à integração europeia, sobretudo por se considerar que a UE devia ter tido um papel mais ativo no combate à corrupção no país, evitando que o aparelho estatal fosse capturado por interesses oligárquicos. Esta divisão do executivo moldavo só é transcendida com as eleições presidenciais de dezembro de 2020, que consagram a vitória da candidata pró-europeia e anterior Primeira-Ministra, Maia Sandu, com base numa agenda marcada pelo revitalizar da integração europeia, pela consolidação da democracia e pelo combate à corrupção e aos interesses oligárquicos (Corman e Schumacher, 2021).

Bielorrússia

A Bielorrússia tem mantido uma aliança estratégica com Moscovo, muito devido ao facto de o Presidente Aleksandr Lukashenko, no cargo desde 1994, considerar que a proximidade à Rússia é mais vantajosa para a sobrevivência do seu regime do que a diversificação de parceiros internacionais (Donaldson, Noguee e Nadkami, 2015). Porém, a natureza assimétrica deste relacionamento, aliada à crescente ingerência russa nos principais sectores políticos, económicos, energéticos e militares do país, gerou preocupação nas elites políticas bielorrussas sobre uma gradual perda de autonomia e independência nacional (Freire, 2011). Esta situação agravou-se a partir dos anos 2000, com Vladimir Putin a deixar claro que a Bielorrússia é um aliado incontornável de Moscovo, mas que a manutenção de boas relações com Minsk e, por conseguinte, a sua preservação na esfera de influência russa, não está dependente da perpetuação de Lukaschenko no poder. O apoio dado pelo Kremlin a partidos da oposição em várias ocasiões, geralmente coincidentes com momentos de tensão entre Lukashenko e o seu homólogo russo, parecem corroborar esta leitura. Este relacionamento tóxico caracterizado por disputas fratricidas intercaladas com declarações de unidade eslava, tal como definido por Nigel Gould-Davies (2020, p. 188), juntamente com o agravamento da dependência da Bielorrússia face a Moscovo, fez com que Lukaschenko percebesse os limites do seu isolamento internacional (White, 2012).

Neste contexto, a Bielorrússia aproxima-se estrategicamente da UE, embora numa dimensão mais instrumental que efetiva. Ainda que Minsk esteja incluído na PEV e na Parceria Oriental, Lukashenko nunca demonstrou vontade política para encetar as reformas inerentes ao processo de integração europeia e que, em última aná-

lise, são incompatíveis com a manutenção de um regime autoritário. A aproximação à UE servia assim o propósito de fornecer uma rede de segurança ao país sempre que as relações com Moscovo se mostravam mais tensas e permitir o acesso aos mecanismos europeus de assistência técnica e financeira para a vizinhança, sem representar uma alteração de fundo da sua política externa (Korosteleva, 2015).

Contudo, a crise ucraniana e a anexação da Crimeia levaram o Presidente bielorrusso a afastar-se do seu tradicional aliado e a procurar reforçar a sua autonomia. Não procedendo a um corte abrupto com Moscovo, Lukaschenko tornou-se cada vez mais crítico da agressividade russa no espaço pós-soviético, incluindo, como o próprio admitiria, a violação da soberania e integridade territorial do Estado ucraniano. Esta crítica sem uma rutura clara fica também explícita no facto de a Bielorrússia nunca ter reconhecido a Crimeia como parte da Federação Russa, apesar do alinhamento com Moscovo nos fóruns internacionais (Mudrov, 2020).

Por outro lado, a crise ucraniana constituía uma oportunidade para reverter o isolamento da Bielorrússia e melhorar as relações com o Ocidente. Neste sentido, Lukaschenko disponibilizou-se para facilitar a resolução do conflito no leste da Ucrânia, ao mesmo tempo que admitia o envolvimento da Rússia no mesmo, distanciando-se da agenda de Moscovo. Este posicionamento foi essencial para projetar a Bielorrússia como um ator neutral capaz de acolher as negociações de paz entre a Ucrânia e a Rússia. Ainda que Lukaschenko não tenha participado ativamente nas negociações dos Acordos de Minsk, este momento constitui uma vitória para a sua diplomacia que conseguia quebrar o isolamento do país e assegurar uma maior proteção face a uma Rússia mais agressiva. Do mesmo modo, permitiu aumentar o apoio doméstico à sua liderança aproximando-o dos movimentos pró-Europeus que se tinham reforçado nos últimos anos (Dias, 2016). Ao evidenciar a fragilidade do regime de Lukaschenko e o perigo que a excessiva dependência representava para a sobrevivência do regime, a crise ucraniana possibilitou a diversificação dos seus vetores de política externa e uma maior atenção da comunidade internacional para a evolução da influência russa no espaço pós-soviético.

Verificou-se uma aproximação ao Ocidente, traduzida num alívio das sanções que vinham a ser aplicadas a Minsk desde 2004, devido ao crescente autoritarismo do regime e às sucessivas violações de direitos humanos e repressão da oposição no país. Porém, o fracasso das negociações de Minsk, a resposta limitada do Ocidente à crise ucraniana e a indisponibilidade de Lukaschenko para reformar o regime, rapidamente levaram ao abandono de uma breve posição de equilíbrio pragmático entre a Rússia e a UE.

Optando pela manutenção da aliança com Moscovo, a Bielorrússia vai apoiar os projetos regionais russos, através da participação na UEE. No entanto, denota-se uma maior resistência por parte de Lukaschenko e uma tentativa de agir como uma voz moderada junto do Kremlin, o que demonstra o seu receio que o cenário

“Ucrânia” se pudesse repetir no território bielorrusso. Esta leitura é sustentada pelos vários apelos de Lukaschenko no sentido de uma maior flexibilização dos seus parceiros na UEE, face à recusa da Ucrânia e da Moldova em integrar a organização, e da procura de soluções alternativas para manter a cooperação com esses países, independentemente da sua opção de aproximação às instituições euro-atlânticas. Do mesmo modo, o líder bielorrusso manteve-se consistentemente contra as medidas retaliatórias de Moscovo contra o Ocidente e a Ucrânia, aproveitando a situação para explorar novas oportunidades de negócios, o que lhe custou vários embargos aos produtos bielorrussos, impostos pelo Kremlin, entre 2014 e 2016 (Vieira, 2017). O impacto destas medidas na já precária situação económica do país, bem como a crescente insatisfação contra Aleksandr Lukaschenko, traduziram-se num aumento de protestos, sobretudo em 2017, no seguimento da crise económica, e entre 2020 e 2021, no contexto das eleições presidenciais, demonstrando a fragilidade do regime, apesar das várias tentativas para reprimir a oposição ao longo dos anos (Vogel, 2022).

Por esta altura, as relações entre Minsk e Moscovo tinham-se deteriorado significativamente. A pressão exercida pela Rússia e a detenção de cerca de 33 membros do Grupo Wagner – uma empresa militar privada que opera na estreita dependência do Kremlin –, acusados de tentativas de desestabilização do país em vésperas das eleições presidenciais, em agosto de 2020, levaram Lukaschenko a procurar aproximar-se dos EUA, com a receção de visitas oficiais de alto nível, pela primeira vez desde a independência do país, e com a nomeação do embaixador norte-americano em Minsk, um lugar que se encontrava vago desde 2008 (O’Loughlin e Toal, 2022).

Nas eleições presidenciais de 2020, consideradas como fraudulentas e marcadas por uma forte repressão da oposição, regista-se um aumento das preferências pró-europeias dos protestantes anti-regime. Esta é uma evolução assinalável, uma vez que até esse momento as questões de política externa não eram uma matéria fraturante entre o governo e a oposição. No entanto, nos protestos que decorreram entre 2020 e 2021, parece ter-se consolidado a ideia que a transição democrática da Bielorrússia teria que passar necessariamente por uma aproximação à UE. Paralelamente, assiste-se a um decréscimo na preferência de aproximação a Moscovo e a um aumento significativo da perceção da Rússia como a principal ameaça à sobrevivência da Bielorrússia. Estas perceções contribuíram para uma cisão cada vez maior entre a oposição pró-europeia e o apoiantes pró-russos do regime, algo que foi exacerbado pelo posicionamento de Bruxelas e de Moscovo. Com efeito, verifica-se que à medida que os protestos se prolongavam, a UE, pressionada pela oposição exilada nas grandes capitais europeias, aumentou o seu apoio aos protestantes e reforçou as sanções a Minsk. Também Moscovo se tornou mais audível na sua retórica contra a interferência da UE nos eventos e nos avisos para que Bruxelas não ultrapassasse determinados limites, ao mesmo tempo que Vladimir Putin

demonstrava o seu apoio ao regime de Lukaschenko através de pacotes de assistência financeira e da disponibilização das forças de segurança russas para efeitos de restabelecimento da ordem no país (Onuch e Sasse, 2022).

Perante este cenário, Lukaschenko aceita o apoio de Moscovo e afasta-se novamente do Ocidente, destacando-se aqui a suspensão da sua participação na Parceria Oriental, em agosto de 2021. Este parece ter sido o preço a pagar pela preservação do regime autoritário de Lukaschenko (Gould-Davies, 2020). Como resultado, a dependência de Lukaschenko face a Moscovo acentuou-se significativamente, seja para garantir a sua sobrevivência política, seja porque a economia bielorrussa é controlada pela Rússia, seja ainda porque o número elevado de forças russas no país não só representa uma ameaça para a sua independência e integridade territorial, como impossibilita qualquer capacidade de decisão política autónoma, sobretudo em matéria de política externa, como a Guerra na Ucrânia evidencia (Simão, 2022).

A Guerra na Ucrânia e o Futuro da Segurança Europeia

Se a ingerência russa na crise ucraniana pode ser entendida como um prolongamento lógico das suas ambições regionais e do seu padrão de política externa no pós-Guerra Fria, a invasão da Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, surge como um fenómeno bastante distinto. Se retomarmos as perspetivas avançadas por Elias Götz, o desfazamento entre esta guerra e os objetivos políticos de Moscovo tornam-se claros.

De acordo com a tese da Rússia desordeira, o que se verifica é uma instrumentalização da política externa para efeitos de manutenção da ordem interna e da sobrevivência do regime de Vladimir Putin. No entanto, esta leitura não permite justificar como – após anos de silenciamento e perseguição da oposição ao regime, resultando na sua morte, detenção ou exílio (Kramer, 2021), de alterações legislativas e constitucionais que permitem que Putin se mantenha no poder até 2036 (Radio Free Europe/Radio Liberty, 2021), e de taxas de popularidade consistentemente acima dos 60% (Levada-Center, 2022)³ – o esforço de guerra teria um impacto positivo nesta dimensão. Poder-se-ia equacionar que esta guerra serviria para desviar as atenções da preocupante situação socioeconómica em que a Rússia se encontra, unindo os russos em torno de uma causa nacional e criando um culpado externo

3 O ponto mais baixo da popularidade de Vladimir Putin, desde que assumiu a Presidência da Federação Russa, registou-se em abril e maio de 2020, altura em que o apoio da população se situou nos 59%. De registar que este período coincidiu com o confinamento motivado pela pandemia Covid-19.

para a precária situação do país. Porém, a forte condenação internacional e a aplicação de sanções robustas por parte de vários Estados e Organizações Internacionais, bem como o fardo que a guerra coloca à já frágil economia russa fazem com que esta opção se revista de pouca racionalidade.

Por outro lado, a tese que defende que a Guerra na Ucrânia é uma reação russa a um suposto cerco estratégico por parte do Ocidente – perspectiva da Rússia-vítima –, carece de sustentação factual. A análise das relações de Kiev com a UE e com a OTAN revela que a questão da adesão não se encontrava em cima da mesa, nem existiam sinais que indicassem a sua ponderação num futuro próximo. Pelo contrário, o relacionamento entre a UE e a Ucrânia, ainda que obedecendo a uma lógica de aprofundamento da integração europeia da última, encontrava-se balizado pela estrutura da PEV que foi desenhada, em 2003, especificamente para enquadrar o relacionamento com países sem perspectiva de adesão (Comissão Europeia, 2004). De realçar que as discussões iniciais sobre a PEV previam a inclusão da Federação Russa, mas Moscovo rejeitou este modelo por não reconhecer o seu lugar distintivo na arquitetura de segurança europeia (Browning e Joenniemi, 2008). No que toca à OTAN, o único momento em que a questão foi trazida para o debate público foi em 2008, na Cimeira de Bucareste, mas sem tração suficiente para se traduzir na concessão de uma perspectiva de adesão à Ucrânia (Götz, 2016). Esta análise revela igualmente que os interesses russos no espaço pós-soviético constituíram um bloqueio às aspirações euro-atlânticas da Ucrânia, e de outros países como a Moldova ou a Geórgia, na medida em que os parceiros da UE e da OTAN preferiram em várias ocasiões adiar a discussão sobre uma eventual adesão destes países, em prol da manutenção de uma relação cooperativa, ou não expressamente antagónica, com Moscovo. Por outro lado, em 2010, a própria Ucrânia rejeitou a possibilidade de adesão à OTAN ao adotar uma nova Doutrina de Política Externa que previa o não-alinhamento com blocos militares.⁴ A perda de relevância do assunto foi sentida também ao nível da opinião pública ucraniana. No final de 2013, apenas 13% da população apoiava a adesão à OTAN, números que só se viriam a alterar com a anexação da Crimeia e a intensificação dos conflitos no leste do país a partir de 2014 (Shelest, 2015).

Por fim, a perspectiva de uma Rússia revisionista que quer desafiar a ordem internacional liberal e ser considerada (novamente) como um dos grandes polos de poder mundial, pode ter algum fundamento, se considerarmos que as transformações nas dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas internacionais se orientavam para uma crescente periferização da Rússia nas agendas de segurança europeia e global. Com efeito, os EUA tinham passado a identificar a região Ásia-Pacífico como o seu principal foco de atenção estratégico, e a China como o seu principal adversário e ameaça

4 Esta postura foi abandonada após a anexação da Crimeia, em 2014.

à unipolaridade norte-americana (Bilt, 2021; The White House, 2022). Esta reorientação estratégica, a par com um crescente desacordo entre os parceiros da OTAN, nos últimos anos, sugeria que também esta organização teria um papel bastante diferente na arquitetura de segurança. No plano regional, a UE parecia querer acompanhar as novas tendências geoestratégicas internacionais, ao mesmo tempo que era compelida a canalizar a sua atenção para dinâmicas internas. Destaca-se aqui a recuperação económica pós-Covid-19, a unidade do projeto europeu e o combate aos extremismos e crescentes violações ao Estado de direito que colocavam em causa os princípios fundamentais da União. Em qualquer dos casos, a Federação Russa caía significativamente nas prioridades dos atores em questão.

A Guerra na Ucrânia veio, efetivamente, dar uma nova visibilidade à Rússia que rapidamente se viu no centro do debate e da agenda de segurança regional e internacional. No entanto, esta centralidade parece difícil de sustentar, seja porque a Rússia é hoje considerada como um Estado agressor pela esmagadora maioria dos membros da Organização das Nações Unidas (United Nations General Assembly, 2022), seja pelo seu crescente isolamento internacional, seja ainda porque os seus cálculos estratégicos não contemplaram que as alternativas ao relacionamento (político e económico) com o Ocidente podem não ser suficientemente fortes ou confiáveis, para permitir a sustentação de uma guerra prolongada. Por outro lado, a forma como Vladimir Putin tem gerido a dimensão diplomática deste conflito reforça os indícios de que esta guerra está fortemente ligada à posição da Federação Russa no mundo. Putin tem sistematicamente recusado negociar num patamar de igualdade com o seu homólogo ucraniano. E, apesar de parecer manter abertas as linhas de diálogo com os principais líderes políticos europeus, tem estabelecido com os mesmos uma relação pouco permeável à negociação ou a concessões tangíveis e realistas, sugerindo que não serão os interlocutores mais adequados para lidar com a situação num patamar de igualdade para com Moscovo. As tentativas de trazer os EUA para o centro do processo de negociação e diálogo político sugerem que a estratégia russa passa, de alguma forma, pelo reconhecimento que o Kremlin permanece no topo da hierarquia internacional, no que demonstra algum saudosismo da ordem bipolar da Guerra Fria. Esta dimensão internacional da Guerra na Ucrânia, é, de certa forma, ontológica, porque nela se joga a definição da identidade da Rússia e do seu lugar no mundo. Contudo, os EUA não têm mostrado disponibilidade para se sentar à mesa de negociações com Moscovo, rejeitando o reconhecimento da Federação Russa como um igual. Em alternativa, Washington tem preferido apoiar a Ucrânia, nos domínios militar, económico e humanitário (BBC News, 2022), ao mesmo tempo que contribui ativamente para denunciar as manobras agressivas do Kremlin, os crimes de guerra cometidos na Ucrânia e os erros estratégicos de Vladimir Putin, numa lógica de crescente antagonismo que parece invalidar qualquer possibilidade de diálogo construtivo no curto e médio prazo (Euronews, 2022).

Contrariamente aos interesses de Moscovo, até ao momento a Guerra na Ucrânia parece estar a contribuir para o reforço das estruturas de governação ocidentais, em particular da OTAN e da UE. Relativamente à OTAN, após um período conturbado e desentendimentos vários entre os parceiros atlânticos, que levaram o Presidente francês, Emmanuel Macron, a declarar a sua morte cerebral (The Economist, 2019), verifica-se que a Guerra na Ucrânia contribuiu significativamente para um reforço da organização. Para além de dar à OTAN um novo propósito, forneceu a base para o entendimento entre os seus Estados membros e para o compromisso com o aumento do investimento na defesa. Porém, o ponto mais significativo para o futuro da organização e da segurança europeia prende-se com o seu alargamento, que volta a estar em cima da mesa com a submissão dos pedidos de adesão da Suécia e da Finlândia. Na histórica Cimeira da OTAN, realizada entre 29 e 30 de julho, em Madrid, os parceiros da aliança reafirmaram o seu compromisso para com uma política de “porta aberta”, convidando formalmente a Suécia e a Finlândia a aderirem à organização.⁵ Para além disso, esta Cimeira ficou marcada pela adoção de um novo Conceito Estratégico que enquadra a atuação e o propósito da organização para os próximos 10 anos, num mundo tido como mais perigoso e imprevisível. A Guerra na Ucrânia surge como contexto para uma firme condenação à Rússia, articulada como a principal e mais direta ameaça à segurança dos aliados, e para a reafirmação do apoio continuado à defesa da Ucrânia, incluindo através de um reforçado pacote de assistência alargada. Da mesma maneira, justifica a reorientação de uma política de dissuasão e defesa para uma lógica de resposta rápida em todas as áreas e domínios considerados como um desafio ou ameaça para a segurança dos aliados, nomeadamente através de mais defesa aérea avançada, mais equipamento pré-posicionado nos domínios terrestre, aéreo, marítimo, cibernético e espacial, e do reforço da presença militar no flanco leste da OTAN (OTAN, 2022). Isto está em forte contradição com os objetivos russos de enfraquecimento da OTAN, contenção do seu alargamento e, como declarado pela diplomacia russa, o abandono de todas as atividades militares no espaço pós-soviético (Tétrault-Farber e Balmforth, 2021).

No caso da UE, o que se verificou foi que a invasão da Ucrânia reavivou o debate sobre o papel da União como ator de paz e segurança regional, permitindo transcender a tradicional divisão entre Estados-membros que defendem o aprofundamento de relações com a vizinhança a leste, e aqueles que privilegiam a manutenção de um relacionamento estável com Moscovo. Com efeito, a UE demonstrou grande

5 Nesta mesma Cimeira ficou estabelecido que os Protocolos de Adesão da Suécia e da Finlândia seriam assinados no dia 5 de julho (France 24, 2022). Após a assinatura, os Protocolos terão que ser ratificados pelos Parlamentos dos 30 Estados membros da Aliança, momento a partir do qual passaram a produzir efeitos.

rapidez e unidade na resposta a esta guerra, apoiando a resistência ucraniana contra as forças invasoras russas. Este apoio manifestou-se de múltiplas formas, incluindo a tradicional assistência económica e humanitária, mas também elementos inovadores como o fornecimento de armamento à Ucrânia e, pela primeira vez desde o estabelecimento de relações formais com Kiev, nos anos 1990, a consagração de uma clara perspetiva de adesão ao país. Soma-se a aplicação de severas sanções à Federação Russa e à Bielorrússia, vista como aliada de Moscovo nesta manobra agressiva (Comissão Europeia, 2022). Daqui decorrem três importantes consequências. Em primeiro lugar, assistimos a uma transformação na forma como a UE atua no plano internacional, que passa a incluir pela primeira vez a aquisição e entrega de armamento a um país sob ataque (Von der Leyen, 2022). Em segundo lugar, o regresso da guerra ao território europeu criou as condições para a UE se afirmar como um ator de segurança mais forte, responsável e confiável. Para o efeito, a Bússola Estratégica, aprovada a 21 de março de 2022, estabelece que a UE deve ser capaz de defender os seus interesses estratégicos por todos os meios e políticas disponíveis. Aqui inclui-se o domínio da defesa, onde fica desde logo previsto um aumento significativo do investimento e das capacidades militares da União, o que representa uma viragem assinalável relativamente ao posicionamento dos Estados-membros da UE antes da guerra, quando esta matéria não era tida como urgente (European External Action Service, 2022). Da mesma forma este documento orientador das políticas externas europeias, prevê o reforço da presença da UE na vizinhança e um maior assumir de responsabilidade pela segurança europeia, onde se inclui necessariamente a Guerra na Ucrânia, mas também o que a União denuncia como um clima de constante intimidação estratégica da Moldova, através de ameaças à sua soberania e integridade territorial e do conflito na Transnístria (European Union, 2022). Por fim, esta guerra alterou a dinâmica do relacionamento entre a UE e os seus vizinhos a leste, com impacto no seu processo de integração europeia. Se até este momento, a UE nunca tinha considerado oferecer a estes parceiros uma real perspetiva de adesão, o pedido oficial de adesão à UE, efetuado pelo Presidente ucraniano, a 28 de fevereiro de 2022, quatro dias após a invasão russa, numa tentativa de amarrar o destino da Ucrânia ao projeto europeu, faz com que esta situação se altere substancialmente. Este pedido, rapidamente acompanhado por iniciativas análogas por parte da Moldova e da Geórgia, foi inicialmente recebido com alguma relutância pela UE, que reconheceu o caminho europeu da Ucrânia sem se comprometer formalmente com a sua adesão. No entanto, o forte apoio da opinião pública europeia perante uma eventual adesão da Ucrânia (Bélanger, 2022) e a necessidade de uma clara tomada de posição nesta matéria levariam a que, a 8 de abril de 2022, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, oferecesse a Kiev uma via acelerada para iniciar o processo de adesão à UE (Laizans, 2022). O Conselho Europeu de 23 e 24 de junho de 2022, para além de debater a agressão da Rússia e de

reiterar o apoio da União à resistência ucraniana, nos domínios económico, financeiro, social, humanitário e militar, fica marcado pela decisão histórica de conceder o estatuto de país candidato, não apenas à Ucrânia, mas também à Moldova (Conselho Europeu, 2022). Ainda que isto esteja longe de significar que o país estará em condições de integrar a UE como membro de pleno direito no curto prazo, o início do processo de adesão da Ucrânia e da Moldova significa que estes países deixam de se relacionar com a UE com base na PEV e passam a estar enquadrados pela Política de Alargamento, aumentando a sua permeabilidade à influência europeia e estimulando um processo de aprofundamento da sua integração.⁶ Ora, isto contraria as ambições russas de controlo sobre a região.

Com efeito, os objetivos russos em termos de manutenção de uma esfera de influência no espaço pós-soviético parecem estar longe de produzir resultados positivos. Tal não se deve apenas às já mapeadas alterações nas instituições euro-atlânticas, mas sobretudo às reações dos países da Europa Oriental. A este respeito destaca-se a Ucrânia, enquanto nação agredida, mas não submetida ao domínio russo. Desde o primeiro momento, Kiev fez uso de todos os meios ao seu dispor para resistir à invasão russa e reunir os esforços da comunidade internacional no apoio à Ucrânia e, por conseguinte, na condenação da grosseira violação ao Direito Internacional, por parte da Federação Russa. Inclui-se aqui a queixa apresentada ao Tribunal Internacional de Justiça, dois dias após a invasão, que se pronunciou a favor de Kiev estabelecendo que a Rússia deveria suspender a invasão militar na Ucrânia o mais rapidamente possível, uma vez que não teriam sido encontrados indícios de atos de genocídio nas regiões de Luhansk e Donetsk que justificassem a “operação militar especial” da Rússia ao abrigo da Convenção de 1948 sobre o Genocídio (International Court of Justice, 2022).

Conclusão

A vizinhança partilhada na Europa Oriental tem sido alvo de uma prolongada e crescente competição entre a União Europeia e a Federação Russa por poder e influência na região. A crise ucraniana surge como resultado desta disputa, mas mais do que representar o culminar de um processo, ela iniciou uma nova etapa nesta competição, sendo um contributo significativo para a transformação do espaço pós-soviético e das dinâmicas de segurança no espaço europeu alargado. Com efeito, esta crise alterou os equilíbrios na Europa Oriental. Se até esse momento

6 Paralelamente, o Conselho Europeu demonstrou disponibilidade para reconhecer a Geórgia como país candidato, fazendo depender a concessão deste estatuto do cumprimento das condições identificadas pela Comissão Europeia no seu parecer relativo ao seu pedido de adesão (Conselho Europeu, 2022).

era notória uma distribuição mais ou menos ponderada entre a Rússia e a UE, a situação altera-se com a Ucrânia a abdicar da sua tradicional posição de equilíbrio em prol de uma clara opção pelo caminho da integração europeia, respeitando o espírito do Movimento Euromaidan e exigindo uma posição mais firme dos parceiros ocidentais na resposta ao conflito no leste do país e à anexação da Crimeia. Por seu turno, a Moldova consolida a sua posição pró-europeia, sobretudo pelo receio de escalada de violência na Transnístria ou de integração deste território na Federação Russa. E, pelo menos numa primeira fase, vemos que a Bielorrússia adotou uma postura pragmática perante a crise ucraniana, vendo-a como uma oportunidade para quebrar o tradicional isolacionismo do país, reduzir a dependência do mesmo face a Moscovo e se posicionar como um interlocutor privilegiado no processo de negociação de paz entre a Ucrânia e a Rússia.

Apesar de oscilações na política doméstica destes países, o prolongamento da crise ucraniana contribuiu para consolidar a perceção de Moscovo como uma ameaça à independência, integridade territorial e desenvolvimento dos países da Europa Oriental. Como resultado, assistimos a um reforço das opções pró-europeias (no caso da Moldova), da oposição pró-europeia (no caso da Bielorrússia) e de consolidação de um sentimento nacionalista e anti-russo (no caso da Ucrânia). Isto reflete a forma como estes países veem na UE, e demais estruturas ocidentais, a sua melhor hipótese de resistir às manobras agressivas da Rússia e garantir a democratização dos seus países. Em todos os casos fica evidente a dificuldade de Moscovo em preservar esta região na sua esfera de influência.

A invasão da Ucrânia demonstra que o controlo do espaço pós-soviético continua a ser um elemento central para a Rússia, seja no que concerne a definição da sua identidade, seja para a sua afirmação como uma potência regional e global. No entanto, a Guerra na Ucrânia parece não estar a contribuir para um dos principais objetivos do Kremlin, que passa por travar a aproximação dos países da Europa Oriental às instituições euro-atlânticas. De forma geral, o Kremlin parece não ter compreendido a transformação que a crise ucraniana provocou nos países da região e como a perceção de aproximação ao Ocidente, como forma de proteção contra uma Rússia cada vez mais imperialista e agressiva, se consolidou. Apesar de o fim desta guerra ser incerto e imprevisível, a invasão russa parece representar um dos mais significativos contributos para reforçar o sentimento pró-europeu e anti-russo nas suas fronteiras, para além de ter fortes implicações na consolidação da identidade nacional de todos os países do espaço pós-soviético que veem na Rússia uma ameaça existencial. Este cenário indica-nos que independentemente do curso das hostilidades no terreno, o espaço pós-soviético se transformou num espaço de resistência – resistência de povos que lutam pela sua independência, soberania e integridade territorial, e resistência de povos que se querem libertar de um agressor ocupante. A aproximação à UE, e ao Ocidente em geral, surge aqui como elemento

essencial desta resistência, fragilizando o poder e influência da Rússia na região e contrariando os seus objetivos de política externa, tal como assumidos nos seus Conceitos de Política Externa, desde o início dos anos 1990.

Referências Bibliográficas

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2022). *Conflict-related civilian casualties in Ukraine*, 27 de janeiro. Disponível em: https://ukraine.un.org/sites/default/files/2022-02/Conflict-related%20civilian%20casualties%20as%20of%2031%20December%202021%20%28rev%2027%20January%202022%29%20corr%20EN_0.pdf [acedido a 18 de maio de 2022].
- Åtland, K. (2020). Destined for deadlock? Russia, Ukraine, and the unfulfilled Minsk agreements. *Post-Soviet Affairs*, 36(2), pp. 122-139.
- Averre, D. (2009). Competing Rationalities: Russia, the EU, and the ‘Shared Neighbourhood’. *Europe-Asia Studies*, 61(10), pp. 1689-1713.
- BBC News (2014). Petro Poroshenko claims Ukraine presidency. *BBC News*, 25 de maio. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-27569057> [acedido a 18 de maio de 2022].
- BBC News (2022). Biden proposes \$33bn to help Ukraine in war. *BBC News*, 28 de abril. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-61260511> [acedido a 30 de maio de 2022].
- Bélanger, M.-E. (2022). What prospect is there of Ukraine joining the EU? *London School of Economics – EUROPP: European Politics and Policy*, 16 de março. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2022/03/16/what-prospect-is-there-of-ukraine-joining-the-eu/> [acedido a 30 de maio de 2022].
- Bilt, C. (2021). The evolution of US strategic priorities. *European Council on Foreign Relations, Policy Brief*, 17 de março. Disponível em: <https://ecfr.eu/publication/the-evolution-of-us-strategic-priorities/> [acedido a 29 de maio de 2022].
- Blockmans, S. (2014). How should the EU respond to Russia’s war in Ukraine? *CEPS Commentary*, 3 de setembro, pp. 1-5.
- Bowen, A. (2019). Coercive Diplomacy and the Donbas: Explaining Russian strategy in Eastern Ukraine. *Journal of Strategic Studies*, 42(2-3), pp. 312-343.
- Browning, C. e Joenniemi, P. (2008). Geostrategies of the European Neighbourhood Policy. *European Journal of International Relations*, 14(3), pp. 519-551.
- Cadier, D. (2018). The Geopoliticisation of the EU’s Eastern Partnership. *Geopolitics*, 24(1), pp. 71-99.
- Casier, T. (2016). Identities and Images of Competition in the Overlapping Neighbourhoods: How EU and Russian Foreign Policies Interact. In R. Piet e L. Simão, eds., *Security in*

- Shared Neighbourhoods: Foreign Policy of Russia, Turkey, and the EU*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 13-34.
- Carroll, J. (2014). This is not about Europe: reflections on Ukraine's EuroMaidan revolution. *Perspectives on Europe*, 56(2), pp. 8-15.
- Charap, S. e Darden, K. (2014). Russia and Ukraine. *Survival*, 56(2), pp. 7-14.
- Comissão Europeia (2004). *Communication from the Commission: European Neighbourhood Policy – Strategy Paper*. COM (2004) 373 final. 12.05.2004, Bruxelas. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004DC0373&from=EN>
- Comissão Europeia (2022). *Sanções da UE contra a Rússia na sequência da invasão da Ucrânia*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/eu-solidarity-ukraine/eu-sanctions-against-russia-following-invasion-ukraine_pt [acedido a 30 de maio de 2022].
- Conselho Europeu (2022). *Conclusões do Conselho Europeu sobre a Ucrânia, os pedidos de adesão da Ucrânia, da República da Moldávia e da Geórgia, os Balcãs Ocidentais e as relações externas*. Conselho Europeu, Conclusões, 23 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/06/23/european-council-conclusions-on-ukraine-the-membership-applications-of-ukraine-the-republic-of-moldova-and-georgia-western-balkans-and-external-relations-23-june-2022/> [acedido a 2 de julho de 2022].
- Corman, M. e Schumacher, T. (2021). Going back and forth: European Union resilience-building in Moldova between 2014 and 2020. *Journal of Contemporary European Studies*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14782804.2021.1989388> [acedido a 30 de maio de 2022].
- D'Anieri, P. (2016). Democracy and Geopolitics: Understanding Ukraine's Threat to Russia. In A. Pikulicka-Wilczewska e R. Sakwa, eds., *Ukraine and Russia: People, Politics, Propaganda and Perspectives*. Bristol: E-International Relations Publishing, pp. 221-228.
- Dembinska, M., Mérand, F. e Shtaltovna, A. (2020). Conflict and Cooperation between Europe and Russia: the autonomy of the local. *East European Politics*, 36(4), pp. 477-498.
- Detsch, J. (2022). Ukraine Pins Hopes on Javelin Missiles to Dent Putin's Armor. *Foreign Policy*, 26 de janeiro. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/01/26/ukraine-missile-russia-baltics-biden/> [acedido a 29 de maio de 2022].
- Dias, V. A. (2013). The EU's post-liberal approach to peace: framing EUBAM's contribution to the Moldova-Transnistria conflict transformation. *European Security*, 22(3), pp. 338-354.
- Dias, V. A. (2014). As relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: poder, dependências e assimetrias no espaço pós-soviético. In P. Daehnhardt e M. R. Freire, coord., *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de Cooperação e Competição num Espaço Alargado*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 57-84.
- Dias, V. A. (2015). As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia. *Relações Internacionais*, 45, pp. 45-55.

- Dias, V. A. (2016). *Hegemony, Agency and Resistance: a critical analysis of power and security relations in the European Union-Russia-shared neighbourhood triangle*. Coimbra: Repositório Científico da Universidade de Coimbra.
- Dias, V. A. (2018). The battle of giants: the collision of EU and Russian foreign policies towards the contested neighborhood and the Ukrainian crisis. *Debater a Europa*, 18, pp. 63-83.
- Donaldson, R., Noguee, J. e Nadkarni, V. (2015). *The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests*, 5.^a edição. Londres: Routledge.
- Euronews (2022). Biden diz que Putin “não pode continuar no poder”. *Euronews*, 26 de março de 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/03/26/biden-diz-que-putin-nao-pode-continuar-no-poder> [acedido a 30 de maio de 2022].
- European External Action Service (2022). We need to increase European defence capabilities, working better together. *EEAS Press Team*, 22 de maio. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/we-need-increase-european-defence-capabilities-working-better-together_en [acedido a 30 de maio de 2022].
- European Union (2022). *A Strategic Compass for Security and Defence: For a European Union that protects its citizens, values, and interests and contributes to international peace and security*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/strategic_compass_en3_web.pdf [acedido a 30 de maio de 2022].
- France 24 (2022). Replay – Stoltenberg: Sweden, Finland to sign NATO accession protocol on Tuesday. *France 24*, 30 de junho. Disponível em: <https://www.france24.com/en/video/20220630-sweden-finland-to-sign-nato-accession-protocol-on-tuesday-stoltenberg-says> [acedido a 2 de julho de 2022].
- Freedman, L. (2014). Ukraine and the art of crisis management. *Survival: Global Politics and Society*, 56(3), pp. 7-42.
- Freire, M. R. (2011). *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Coimbra: Almedina.
- Gabidullina, R. e Mankoff, J. (2019). Ukraine’s Parliamentary Elections. *Center for Strategic International Studies*, 24 de julho. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/ukraines-parliamentary-elections> [acedido a 1 de junho de 2022].
- Götz, E. (2016). Russia, the west and the Ukraine crisis: three contending perspectives. *Contemporary Politics*, 22(3), pp. 249-266.
- Gould-Davies, N. (2020). Belarus and Russian Policy: Patterns of the Past, Dilemmas of the Present. *Survival*, 62(6), pp. 179-198.
- Haukkala, H. (2015). From Cooperative to Contested Europe? The Conflict in Ukraine as a Culmination of a Long-Term Crisis in EU-Russia Relations. *Journal of Contemporary European Studies*, 23(1), pp. 25-40.
- International Court of Justice (2022). *Allegations of Genocide under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Ukraine v. Russian Federation)*. 16 March / Order. General List no. 182.

- International Crisis Group (2007). *Moldova's Uncertain Future*. In D. Hamilton e G. Mangott, orgs. *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus, Moldova*. Washington D.C.: Center for Transatlantic Relations, pp. 77-124.
- King, C. (2003). Marking time in the middle ground: Contested identities and Moldovan foreign policy. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 19(3), 60-82.
- Korosteleva, E. (2015). The European Union and Belarus: democracy promotion by technocratic means? *Democratization*, 23(4), pp. 678-698.
- Kramer, A. (2021). In Shadow of Navalny Case, What's Left of the Russian Opposition? *The New York Times*, 10 de junho. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/06/10/world/europe/putin-navalny-russian-opposition-crackdown.html> [acedido a 29 de maio de 2022].
- Laizans, J. (2022). Condemning Bucha cruelty, EU offers speedy start for Ukraine membership. *Reuters*, 8 de abril. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/eu-leaders-head-kyiv-see-ukraine-leader-show-support-2022-04-08/> [acedido a 30 de maio de 2022].
- Levada-Center (2022). *Putin's Approval Rating*. *Indicators*. Disponível em: <https://www.levada.ru/en/ratings/> [acedido a 29 de maio de 2022].
- Mudrov, S. (2020). Belarus, Crimea and the Donbas: Belarusian attitudes to the post-maidan events in Ukraine. *Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, 28(1), pp. 85-91.
- Nilsson, M. e Silander, D. (2016) Democracy and Security in the EU's Eastern Neighbourhood? Assessing the ENP in Georgia, Moldova, and Ukraine. *Democracy and Security*, 12(1), pp. 44-61.
- O'Loughlin, J. e Toal, G. (2022). The geopolitical orientations of ordinary Belarusians: survey evidence from early 2020. *Post-Soviet Affairs*, 38(1), pp. 43-61.
- Onuch, S. e Sasse, G. (2022). Anti-regime action and geopolitical polarization: understanding protester dispositions in Belarus. *Post-Soviet Affairs*, 38(1), pp. 62-87.
- OTAN (2022). *Madrid Summit Declaration*. Issued by NATO Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Madrid 29 June 2022. Press Release 095, 29 de junho de 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_196951.htm [acedido a 2 de julho de 2022].
- Pifer, S. (2014). Ukraine's Parliamentary Election: What Happened? What's Next? *Brookings Institution*, 24 de outubro. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/up-front/2014/10/27/ukraines-parliamentary-election-what-happened-whats-next/> [acedido a 18 de maio de 2022].
- Radio Free Europe/Radio Liberty (2021). Putin Signs Constitutional Changes That Allow Him to Rule Until 2036. *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 5 de abril. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/putin-signs-law-to-rule-until-2036/31187934.html> [acedido a 29 de maio de 2022].
- Sasse, G. (2018). Ukraine's New Military Engagement in the Donbas. *Carnegie Europe*, 3 de maio. Disponível em: <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/76246> [acedido a 29 de maio de 2022].
-

- Shelest, H. (2015). After the Ukrainian crisis: Is there a place for Russia? *Southeast European and Black Sea Studies*, 15(2), pp. 191-201.
- Simão, L. (2022). O risco é real que, por acidente ou desespero, sejamos arrastados para um conflito direto com a Rússia. *Diário de Notícias*, 16 de março. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/o-risco-e-real-de-que-por-acidente-ou-desespero-sejamos-arrastados-para-um-conflito-direto-com-a-russia-14684381.html> [acedido a 1 de junho de 2022].
- Speck, U. (2015). Russia's Challenge to the International Order. *Carnegie Endowment for International Peace*, 13 de agosto. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2015/08/13/russia-s-challenge-to-international-order/iexd> [acedido a 29 de maio de 2022].
- Tétrault-Farber, G. e Balmforth, T. (2021). Russia demands NATO roll back from East Europe and stay out of Ukraine. *Reuters*, 17 de dezembro. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/russia-unveils-security-guarantees-says-western-response-not-encouraging-2021-12-17/> [acedido a 30 de maio de 2022].
- The Economist (2019). Emmanuel Macron warns Europe: NATO is becoming brain-dead. *The Economist*, 7 de novembro. Disponível em: <https://www.economist.com/europe/2019/11/07/emmanuel-macron-warns-europe-nato-is-becoming-brain-dead> [acedido a 30 de maio de 2022].
- The White House (2022). *Indo-Pacific Strategy of the United States*. Executive Office of the President, National Security Council, Washington, February 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf> [acedido a 29 de maio de 2022].
- Timofti, N. (2014). *President urges Moldovans to vote together for European future*. Presidency of the Republic of Moldova, 24 de novembro. Disponível em: <https://www.presedinte.md/eng/presa/nicolae-timofti-sa-votam-impreama-pentru-un-viitor-european> [acedido a 30 de maio de 2022].
- Tudoroiu, T. (2016). Unfreezing failed frozen conflicts: a post-Soviet case study. *Journal of Contemporary European Studies*, 24(3), pp. 375-396.
- United Nations General Assembly (2022). *Eleventh emergency special session*. A/ES-11/L1, 1 de março. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N22/272/27/PDF/N2227227.pdf?OpenElement> [acedido a 30 de maio de 2022].
- Vieira, A. (2017). A Tale of Two Unions: Russia-Belarus Integration Experience and its Lessons for the Eurasian Economic Union. *Journal of Borderland Studies*, 32(1), pp. 41-53.
- Vogel, S. (2022). Anti-opposition crackdowns and protest: the case of Belarus. *Post-Soviet Affairs*, 38(1-2), pp. 9-25.
- Von der Leyen, U. (2022). Statement by President von der Leyen on further measures to respond to the Russian invasion of Ukraine. *European Commission*, Statement/22/1441.
- White, S. (2012). *Understanding Russian Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.